

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2023 - Estado da Questão

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, César Neves e Andrea Martins
Design gráfico e paginação: Paulo Freitas

ISBN: 978-972-9451-98-0

Edição: Associação dos Arqueólogos Portugueses, CEAACP, CEIS2o e IA-FLUC
Lisboa, 2023

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Planta das ruínas de Conímbriga. © Museu Nacional de Conímbriga



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



CENTRO DE
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
CEIS20 | Universidade de Coimbra



Centro de Estudos
em Arqueologia,
Artes
& Ciências do Património
U&D 281



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia
UIDB/0046/2020

Apoio Institucional:



Índice

- 15 Prefácio
José Morais Arnaud
- 1. Pré-História**
- 19 O potencial informativo dos *Large Cutting Tools*: o caso de estudo da estação paleolítica do Casal do Azemel (Leiria, Portugal)
Carlos Ferreira / João Pedro Cunha-Ribeiro / Eduardo Méndez-Quintas
- 33 PaleoTejo – Uma rede de trabalho para a investigação e para o património relacionado com os Neandertais e pré-Neandertais
Telmo Pereira / Luís Raposo / Silvério Figueiredo / Pedro Proença e Cunha / João Caninas / Francisco Henriques / Luiz Oosterbeek / Pierluigi Rosina / João Pedro Cunha-Ribeiro / Cristiana Ferreira / Nelson J. Almeida / António Martins / Margarida Salvador / Fernanda Sousa / Carlos Ferreira / Vânia Pirata / Sara Garcês / Hugo Gomes
- 45 A indústria lítica de malhadinhas e o seu enquadramento no património acheulense do vale do Tejo
Vânia Pirata / Telmo Pereira / José António Pereira
- 61 O Abrigo do Lagar Velho revisitado
Ana Cristina Araújo / Ana Maria Costa / Montserrat Sanz / Armando Lucena / Joan Daura
- 75 Contributo para o conhecimento das indústrias líticas pré-históricas do litoral de Esposende (NW de Portugal)
Sérgio Monteiro-Rodrigues
- 95 À volta da fogueira na pré-história: análise às estruturas de combustão do Sul de Portugal – a Praia do Malhão (Odemira)
Ana Rosa
- 105 O projecto LandCraft. A intervenção arqueológica no abrigo das Lapas Cabreiras
João Muralha Cardoso / Mário Reis / Bárbara Carvalho / Lara Bacelar Alves
- 119 A ocupação pré-histórica de Monte Novo: local de culto e de habitat
Mário Monteiro / Anabela Joaquinoto
- 135 A formalização de espaços públicos durante o Calcolítico no Alto Douro Português: as Grandes Estruturas Circulares do Castanheiro do Vento (V. N. de Foz Côa)
Ana Vale / João Muralha Cardoso / Sérgio Gomes / Vítor Oliveira Jorge
- 149 Em busca da colecção perdida (1): Vila Nova de São Pedro no Museu Municipal de Vila Franca de Xira
César Neves / José Morais Arnaud / Andrea Martins / Mariana Diniz
- 167 De casa em casa: novos dados sobre o sítio pré-histórico do Rio Seco/Boa-Hora (Ajuda, Lisboa)
Regis Barbosa
- 179 Um contributo para o estudo das Pontas Palmela das «Grutas de Alcobaça»
Michelle Teixeira Santos / Cátia Delicado / Isabel Costeira
- 195 Monte da Ponte (Évora): Um cruzamento entre o positivo e o negativo?
Inês Ribeiro
- 203 Peças antropomórficas da necrópole megalítica de Alto de Madorras. Abordagem preliminar ao seu estudo e valorização no âmbito do Projecto TSF – Murça
Maria de Jesus Sanches / Maria Helena Barbosa / Nuno Ramos / Joana Castro Teixeira / Miguel Almeida

- 219 Apontamentos sobre o monumento megalítico da Bouça da Mó 2, Balugães, Barcelos (Noroeste de Portugal)
Luciano Miguel Matos Vilas Boas
- 227 A Mamoá 1 do Crasto, Vale de Cambra. Um monumento singular
Pedro Manuel Sobral de Carvalho
- 241 À conversa com os ossos: População do Neolítico Final/Calcolítico da Lapa da Bugalheira, Torres Novas
Helena Gomes, Filipa Rodrigues, Ana Maria Silva
- 253 Dos ossos, cacos, pedras e terra à leitura detalhada das práticas funerárias no 3º milénio a.C.: o caso do Hipogeu I do Monte do Carrascal 2 (Ferreira do Alentejo, Beja)
Maria João Neves
- 267 Os sepulcros da Pré-História recente da Quinta dos Poços (Lagoa): contextos e cronologias
António Carlos Valera / Lucy Shaw Evangelista / Catarina Furtado / Francisco Correia
- 285 Quinta dos Poços (Lagoa): Dados biológicos e práticas funerárias dos Sepulcros da Pré-História Recente
Lucy Shaw Evangelista / Eduarda Silva / Sofia Nogueira / António Carlos Valera / Catarina Furtado / Francisco Correia
- 299 Everything everywhere? Definitely not all at once. Uma aproximação inicial às práticas de processamento de macrofaunas da Pré-História recente do Centro e Sul de Portugal
Nelson J. Almeida / Catarina Guinot / António Diniz
- 313 Um sítio, duas paisagens: a exploração de recursos vegetais durante o Mesolítico e a Idade do Bronze na Foz do Medal (Baixo Sabor, Nordeste de Portugal)
João Pedro Tereso / María Martín Seijo / Rita Gaspar
- 327 Análise isotópica estável ($\Delta^{13}C$) em sedimentos de sítios arqueológicos
Virgínia Lattao / Sara Garcês / Hugo Gomes / Maria Helena Henriques / Elena Marrocchino / Pierluigi Rosina / Carmela Vaccaro
- 333 Sobre a presença de sílex na Praia das Maçãs (Sintra)
Patrícia Jordão / Nuno Pimentel
- 345 Lost & Found. Resultados dos trabalhos de prospecção arqueológica realizados no vale do Carvalhal de Aljubarrota (Alcobaça, Leiria)
Cátia Delicado / Leandro Borges / João Monte / Bárbara Espírito Santo / Jorge Lopes / Inês Sofia Silva
- 357 Análise dos padrões de localização das grutas arqueológicas da Arrábida
João Varela / Nuno Bicho / Célia Gonçalves
- 365 Novos testemunhos de ocupação pré-histórica na área da ribeira de Santa Margarida (Alto Alentejo): notícia preliminar
Ana Cristina Ribeiro

2. Proto-História

- 377 Dinâmicas de Povoamento durante a Idade do Bronze no Centro da Estremadura Portuguesa: O Litoral Atlântico Entre as Serras d'Aires e Candeeiros e de Montejunto
Pedro A. Caria
- 389 Novos dados sobre os povoados do Bronze Final dos Castelos (Beja) e Laço (Serpa) no âmbito do Projeto Odyssey. Contributos a partir de um levantamento drone-LiDAR
Miguel Serra / João Fonte / Tiago do Pereiro / Rita Dias / João Hipólito / António Neves / Luís Gonçalves Seco
- 401 Metais do Bronze Final no Ocidente Ibérico. O caso dos machados de alvado a sul do rio Tejo
Marta Gomes / Carlo Bottaini / Miguel Serra / Raquel Vilaça
- 411 Dois Sítios, um ponto de situação. Primeiros resultados dos trabalhos nos Castros de Ul e Recarei em 2022
João Tiago Tavares / Adriaan de Man

- 425 Reflexões acerca dos aspetos técnicos e tecnológicos dos artefactos de ferro do Bronze Final / Ferro Inicial no território português
Pedro Baptista / Ralph Araque Gonzalez / Bastian Asmus / Alexander Richter
- 439 Resumo de resultados do projeto IberianTin (2018-22) e resultados iniciais do projeto Gold. PT (2023-)
Elin Figueiredo / João Fonte / Emmanuelle Meunier / Sofia Serrano / Alexandra Rodrigues
- 451 À volta da Pedra Formosa. Estudo do Balneário Este da Citânia de Briteiros
Gonçalo Cruz
- 463 Intercâmbio no primeiro milénio A.C., no litoral, entre os estuários dos rios Cávado e Ave
Nuno Oliveira
- 481 Castro de Guifões: elementos para a reconstituição paleogeográfica e compreensão da ocupação antiga do sítio
Andreia Arezes / Miguel Almeida / Alberto Gomes / José Varela / Nuno Ramos / André Ferreira / Manuel Sá
- 493 O Castro da Madalena (Vila Nova de Gaia) no quadro da ocupação proto-histórica da margem esquerda do Douro
Edite Martins de Sá / António Manuel S.P. Silva
- 507 Uma cabana com vista para o rio, no Sabugal da Idade do Ferro
Inês Soares / Paulo Pernadas / Marcos Osório
- 519 Cerca do Castelo de Chão do Trigo (S. Pedro do Esteval, Proença-a-Nova): resultados de três campanhas de escavações (2017-2019)
Paulo Félix
- 533 Instrumentos e artes de pesca no sítio proto-histórico de Santa Olaia (Figueira da Foz)
Sara Almeida / Raquel Vilaça / Isabel Pereira
- 549 Sobre a influência da cerâmica grega nas produções de cerâmica cinzenta do estuário do Tejo: um vaso emblemático encontrado nas escavações arqueológicas do Largo de Santa Cruz (Lisboa)
Elisa de Sousa / Sandra Guerra / João Pimenta / Roshan Paladugu
- 563 *To buy fine things*: trabalhos e perspectivas recentes sobre o consumo de importações mediterrâneas no Sul de Portugal durante o I milénio a.n.e.
Francisco B. Gomes
- 575 Arquiteturas orientais em terra na fronteira atlântica: novas abordagens do Projecto #BuildinginNewLands
Marta Lorenzon / Benjamín Cutillas-Victoria / Elisa Sousa / Ana Olaio / Sara Almeida / Sandra Guerra
- 585 Frutos, cultivos e madeira no Castro de Alvarelhos: a arqueobotânica do projeto CAESAR
Catarina Sousa / Filipe Vaz / Daniela Ferreira / Rui Morais / Rui Centeno / João Tereso

3. Antiguidade Clássica e Tardia

- 599 A propósito de machados polidos encontrados em sítios romanos do território português e a crença antiga nas “pedras de raio”
Fernando Coimbra
- 611 Unidades Organizativas e Povoamento no Extremo Ocidental da *Civitas* Norte-Lusitana dos *interannienses*: um ensaio
Armando Redentor / Alexandre Canha
- 625 As Termas Romanas da Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão)
Joana Bizarro
- 633 Paisagem rural, paisagem local: os primeiros resultados arqueológicos e arqueobotânicos do sítio da Terra Grande (*civitas Igaeditanorum*)
Sofia Lacerda / Filipe Vaz / Cláudia Oliveira / Luís Seabra / João Tereso / Ricardo Costeira da Silva / Pedro C. Carvalho

- 649 Recontextualização dos vestígios arqueológicos do *forum* de Coimbra. Uma leitura a partir da comparação tipo-morfológica
Pedro Vasco de Melo Martins
- 665 Sítio do Antigo (Torre de Vilela, Coimbra): uma possível *villa* suburbana de *Aeminiium*
Rúben Mendes / Raquel Santos / Carmen Pereira / Ricardo Costeira da Silva
- 679 A fachada norte da Casa dos Repuxos (Conímbriga): resultados das campanhas de 2021 e 2022
Ricardo Costeira da Silva / José Ruivo / Vítor Dias
- 693 Intervenções Arqueológicas em Condeixa-a-Velha no âmbito das ações do Movimento para a Promoção da Candidatura de Conímbriga a Património Mundial da Unesco
Pedro Peça / Miguel Pessoa / Pedro Sales / João Duarte / José Carvalho / Fernando Figueiredo / Flávio Simões
- 707 O sítio arqueológico de São Simão, Penela
Sónia Vicente / Flávio Simões / Ana Luísa Mendes
- 723 O sítio arqueológico da Telhada (Vermoil, Pombal)
Patrícia Brum / Mariana Nabais / Margarida Figueiredo / João Pedro Bernardes
- 731 *Górgona* – um *corpus* de *opus sectile* na Lusitânia
Carolina Grilo / Lídia Fernandes / Patrícia Brum
- 741 *Villa* romana da Herdade das Argamassas. Delta, motivo de inspiração secular. Do mosaico ao café
Vítor Dias / Joaquim Carvalho / Cornelius Meyer
- 755 A Antiguidade Tardia no Vale do Douro: o exemplo de Trás do Castelo (Vale de Mir, Pegarinhos, Alijó)
Tony Silvino / Pedro Pereira / Rodolphe Nicot / Laudine Robin / Yannick Teyssonneyre
- 771 A Arqueologia Urbana em Braga: oportunidades e desafios. O caso de estudo da rua Nossa Senhora do Leite, n^{os} 8/10
Fernanda Magalhães / Luís Silva / Letícia Ruela / Diego Machado / Lara Fernandes / Eduardo Alves / Manuela Martins / Maria do Carmo Ribeiro
- 785 Balneário romano de São Vicente (Penafiel): projeto de revisão das estruturas construídas e do contexto histórico-arqueológico do sítio
Silvia González Soutelo / Teresa Soeiro / Juan Diego Carmona Barrero / Jorge Sampaio / Helena Bernardo / Claus Seara Erwelein
- 801 Um contexto cerâmico tardo-antigo da Casa do Infante (Porto)
João Luís Veloso / Paulo Dordio Gomes / Ricardo Teixeira / António Manuel S. P. Silva
- 815 Trabalhos arqueológicos no Patarinho (Santa Comba Dão, Viseu): caracterização de uma pequena área de produção vinícola no vale do Dão em época alto-imperial
Pedro Matos / João Losada
- 831 Sobre a ocupação tardia da *villa* da Quinta da Bolacha – estudo de um contexto de ocupação da casa romana
Vanessa Dias / Gisela Encarnação / João Tereso
- 843 Os materiais do sítio romano de Eira Velha (Miranda do Corvo) como índice cronológico das suas fases de construção
Inês Rasteiro / Ricardo Costeira da Silva / Rui Ramos / Inês Simão
- 859 Cerâmica de importação em *Talabriga* (Cabeço do Vouga, Águeda)
Diana Marques / Ricardo Costeira da Silva
- 873 Revisão dos objetos ponderais recuperados na antiga *Conimbriga* (Condeixa-a-Nova, Coimbra)
Diego Barrios Rodríguez / Cruces Blázquez Cerrato
- 885 O conjunto de pesos de tear do sítio romano de Almoínhas
Martim Lopes / Paulo Calaveiras / José Carlos Quaresma / Joel Santos

- 901 *A terra sigillata* e a cerâmica de cozinha africana na cidade de Lisboa no quadro do comércio do ocidente peninsular – O caso do edifício da antiga Sede do Banco de Portugal
Ana Beatriz Santos
- 915 Análise (im)possível dos espólios arqueológicos do sítio do Mascarro (Castelo de Vide, Portugal)
Sílvia Monteiro Ricardo
- 931 Reconstruindo a paisagem urbana de Braga desde a sua fundação até à cidade medieval: as ruas como objeto de estudo
Leticia Ruela / Fernanda Magalhães / Maria do Carmo Ribeiro
- 941 A dinâmica viária no vale do Rabagão: a via XVII e o contributo dos itinerários secundários
Bruno Dias / Rebeca Blanco-Rotea / Fernanda Magalhães
- 953 Resultados das leituras geofísicas de Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira
João Pimenta / Tiago do Pereiro / Henrique Mendes / André Ferreira
- 965 *Loca sacra*: Para uma topografia dos lugares simbólicos no atual Alentejo em época romana
António Diniz
- 977 Mosaicos da área de influência de *Pax Ivlia*
Maria de Fátima Abraços / Licínia Wrench
- 993 A exploração de pedras ornamentais na Lusitânia: Primeiros dados de um estudo em curso
Gil Vilarinho

4. Época Medieval

- 1009 A necrópole da Alta Idade Média do Castro de São Domingos (Lousada, Portugal)
Paulo André Pinho Lemos / Manuel Nunes / Bruno M. Magalhães
- 1025 A transformação e apropriação do espaço pelos edifícios rurais, entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média, no troço médio do vale do Guadiana (Alentejo, Portugal)
João António Ferreira Marques
- 1037 A reconfiguração do espaço rural na Alta Idade Média. Análise dos marcadores arqueológicos no Alto Alentejo
Rute Cabriz / Sara Prata
- 1047 O Castelo de Vale de Trigo (Alcácer do Sal): dados das intervenções arqueológicas
Marta Isabel Caetano Leitão
- 1061 Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura, um conjunto de silos medievais islâmicos: dados preliminares de uma das sondagens arqueológicas de diagnóstico
Vanessa Gaspar / Rute Silva
- 1075 Potes meleiros islâmicos – Contributo para o estudo da importância do mel na Idade Média
Rosa Varela Gomes
- 1085 Luxos e superstições – registos de espólio funerário e outras materialidades nas necrópoles islâmicas no Gharb al-Andalus
Raquel Gonzaga
- 1097 A Necrópole Islâmica do Ribat do Alto da Vigia, Sintra
Alexandre Gonçalves / Helena Catarino / Vânia Janeirinho / Filipa Neto / Ricardo Godinho
- 1115 O inédito pavimento Cisterciense da cidade de Évora
Ricardo D'Almeida Alves de Morais Sarmento
- 1129 Do solo para a parede: a intervenção arqueológica no Pátio do Castilho n.º 37-39 e a(s) Torre(s) de Almedina da muralha(s) de Coimbra
Susana Temudo

- 1145 Utensílios cerâmicos de uma cozinha medieval islâmica no espaço periurbano de al-Ushbuna (1ª metade do séc. XII)
Jorge Branco / Rodrigo Banha da Silva
- 1159 O convento de S. Francisco de Real na definição da paisagem monástico-conventual de Braga, entre a Idade Média e a Idade Moderna
Francisco Andrade
- 1169 “Ante o cruzeiro jaz o mestre”: resultados preliminares da escavação do panteão da Ordem de Santiago (séculos XIII – XVI) localizado no Santuário do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)
Ana Rita Balona / Liliana Matias de Carvalho / Sofia N. Wasterlain
- 1181 Produções cerâmicas da Braga medieval: cultura e agência material
Diego Machado / Manuela Martins
- 1197 Agricultura e paisagem em Santarém entre a Antiguidade Tardia e o Período Islâmico a partir das evidências arqueobotânicas
Filipe Vaz / Luís Seabra / João Tereso / Catarina Viegas / Ana Margarida Arruda

5. Época Moderna

- 1215 A necrópole medieval e moderna de Benavente: resultados de uma intervenção de Arqueologia Preventiva
Joana Zuzarte / Paulo Félix
- 1229 Rua da Judiaria – Castelo de Vide: Aspetos gerais da intervenção arqueológica na eventual Casa do Rabino
Tânia Maria Falcão / Heloísa Valente dos Santos / Susana Rodrigues Cosme
- 1239 A coleção de estanho de Esposende
Elisa Maria Gomes da Torre e Frias-Bulhosa
- 1253 *Três barris num campo de lama*: dados preliminares para o estudo da vitivinicultura na cidade de Aveiro no período moderno
Diana Cunha / Susana Temudo / Pedro Pereira
- 1269 Aveiro como centro produtor de cerâmica: os vestígios da oficina olárica identificada na Rua Capitão Sousa Pizarro
Vera Santos / Sónia Filipe / Paulo Morgado
- 1283 A Casa Cordovil: contributo para o conhecimento de Évora no Período Moderno
Leonor Rocha
- 1295 Reconstruir a Cidade: o pré e o pós-terramoto na Rua das Escolas Gerais, nº 61 (Lisboa)
Susana Henriques
- 1305 Lazareto, fortaleza e prisão: arqueologia do Presídio da Trafaria (Almada)
Fabián Cuesta-Gómez / Catarina Tente / Sérgio Rosa / André Teixeira / Francisca Alves Cardoso / Sílvia Casimiro
- 1319 Conhecer o quotidiano do Castelo de Palmela entre os séculos XV e XVIII através dos artefactos metálicos em liga de cobre
Luís F. Pereira
- 1331 Um forno de cerâmica do início da Época Moderna na Rua Edmond Bartissol, Setúbal
Victor Filipe / Eva Pires / Anabela Castro
- 1341 A necrópole da Igreja Velha do Peral (Proença-a-Nova)
Anabela Joaquineto / Francisco Henriques / Francisco Curate / Carla Ribeiro / Nuno Félix / Fernando Robles Henriques / João Caninas / Hugo Pires / Paula Bivar de Sousa / Carlos Neto de Carvalho / Isabel Gaspar / Pedro Fonseca
- 1357 A materialização da morte em Bucelas entre os séculos XV e XIX. Rituais, semiótica e simbologias
Tânia Casimiro / Dário Ramos Neves / Inês Costa / Florbela Estevão / Nathalie Antunes-Ferreira / Vanessa Filipe

- 1369 Ficam os ossos e ficam os anéis: objetos de adorno e de crença religiosa da necrópole do Convento dos Lóios, Lisboa
João Miguez / Marina Lourenço
- 1379 “Não ha sepultura onde se não tenham enterrado mais de dez cadáveres”: as valas comuns de época moderna da necrópole do Hospital dos Soldados (Castelo de São Jorge, Lisboa), uma prática funerária de recurso
Carina Leirião / Liliana Matias de Carvalho / Ana Amarante / Susana Henriques / Sofia N. Wasterlain
- 1391 Estudo tafonómico de uma coleção osteológica proveniente da Igreja da Misericórdia em Almada
Maria João Rosa / Francisco Curate
- 1403 Variabilidade formal e produtiva da cerâmica moderna na cidade de Braga: estudo de caso
Lara Fernandes / Manuela Martins / Maria do Carmo Franco Ribeiro
- 1415 Representações femininas na faiança portuguesa de Santa Clara-a-Velha: desigualdade, subalternização, emancipação
Inês Almendra Castro / Tânia Manuel Casimiro / Ricardo Costeira da Silva
- 1427 Poder, família, representação: a heráldica na faiança de Santa Clara-a-Velha
Danilo Cruz / Tânia Casimiro / Ricardo Costeira da Silva
- 1437 A Chacota de Faiança a uso e o significado social do seu consumo em Lisboa, nos meados-finais do século XVII: a amostragem do Hospital dos Pescadores e Mareantes de Alfama
André Bargão / Sara da Cruz Ferreira / Rodrigo Banha da Silva
- 1445 Algumas considerações sobre os artefactos em ligas metálicas descobertos no Palácio Sant’Anna em Carnide, Lisboa
Carlos Boavida / Mário Monteiro
- 1461 Os cachimbos cerâmicos dos séculos XVII e XVIII do Palácio Almada-Carvalhais (Lisboa)
Sara da Cruz Ferreira / André Bargão / Rodrigo Banha da Silva / Tiago Nunes
- 1469 Tróia fumegante. Os cachimbos cerâmicos modernos do sítio arqueológico de Tróia
Miguel Martins de Sousa / Tânia Manuel Casimiro / Filipa Araújo dos Santos / Mariana Nabais / Inês Vaz Pinto
- 1483 Um copo para muitas garrafas. Algumas palavras sobre um conjunto de vidros modernos e contemporâneos encontrados na Praia da Alburrica (Barreiro)
Carlos Boavida / António González
- 1495 *A Gran Principessa di Toscana*, um naufrágio do século XVII no Cabo Raso (Cascais)
Sofia Simões Pereira / Francisco Mendes / Marco Freitas
- 1503 Condições ambientais e contexto arqueológico na margem estuarina de Lisboa: dados preliminares da sondagem ESSENTIA (Av. 24 de Julho | Rua Dom Luís I)
Margarida Silva / Ana Maria Costa / Maria da Conceição Freitas / José Bettencourt / Inês Mendes da Silva / Tiago Nunes / Mónica Ponce / Jacinta Bugalhão
- 1517 Evolução ambiental do estuário do Rio Cacheu, Guiné-Bissau: dados preliminares
Rute Arvela, Ana Maria Costa, Maria da Conceição Freitas, Rui Gomes Coelho
- 1525 Extrair informação cultural de madeiras náuticas: uma experiência em Lisboa
Francisco Mendes / José Bettencourt / Marco Freitas / Sofia Simões Pereira
- 1535 Ferramentas, carpinteiros e calafates a bordo da fragata *Santo António de Taná* (Mombaça, 1697)
Patrícia Carvalho / José Bettencourt
- 1547 Parede 1, Carcavelos 12 e Carcavelos 13: três naufrágios da Guerra Peninsular?
José Bettencourt / Augusto Salgado / António Fialho / Jorge Freire
- 1555 Estudo zooarqueológico e tafonómico de um silo de época moderno-contemporânea da Casa Cordovil, Évora
Catarina Guinot / Nelson J. Almeida / Leonor Rocha

- 1569 Uma aproximação à Arqueologia de Paisagem: a paisagem fluvial e as dimensões da sua exploração, comunicação e ocupação
Patricia Alho / Vanda Luciano
- 1575 Dos Arquivos ao Trabalho de Campo: o Estudo da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Portimão)
Bruna Ramalho Galamba
- 1583 Palácio Vaz de Carvalho, a diacronia de um sítio: da Pré-História à Contemporaneidade
Anabela Sá / Inês Mendes da Silva
- 1595 *Um olhar sobre o passado*: apresentação dos resultados de uma intervenção arqueológica na Figueira da Foz
Bruno Freitas / Sérgio Gonçalves / André Donas-Botto
- 1607 Todos os metros contam, 200 mil anos num quarteirão? O caso das Olarias de Leiria
Ana Rita Ferreira / André Donas-Botto / Cláudia Santos / Luís Costa

6. Época Contemporânea

- 1625 Navios de ferro: contributos para uma abordagem arqueológica aos naufrágios de Idade Contemporânea em Portugal
Marco Freitas / Francisco Mendes / Sofia Simões Pereira
- 1637 *Das peles e dos rebites*: o processo de inventariação arqueológica da Central do Biel e da Fábrica de Curtumes do Granjo (Vila Real)
Pedro Pereira / Fernando Silva
- 1649 Seminário Maior de Coimbra: o contributo da arqueologia num espaço em reabilitação
Constança dos Santos / Sónia Filipe / Paulo Morgado / Gina Dias
- 1663 Paradigmas de Preservação e Valorização do Património Monumental nas Linhas de Torres Vedras. Abordagem às intervenções realizadas no Forte da Archeira (Torres Vedras), no Forte 1.º de Suberra e na Bateria Nova de Suberra (Vila Franca de Xira)
João André Perpétuo / Miguel Martins de Sousa / João Ramos
- 1677 Pavimentos em mós na arquitetura saloia: novos dados na Amadora
Nuno Dias / Catarina Bolila / Vanessa Dias / Gisela Encarnação
- 1685 O Tejo e a industrialização: como Lisboa “invadiu” o rio no século XIX
Inês Mendes da Silva
- 1695 As Alcaçarias do Duque. A redescoberta dos últimos banhos públicos de Alfama
Filipe Santos
- 1709 Memorial da Serralharia – Arqueologia do Passado Recente no Hospital de São José
João Sequeira / Carlos Boavida / Afonso Leão
- 1723 *kana, fornadja y kumunidade*: Um caso de estudo da produção e transformação da cana sacarina na Ribeira dos Engenheiros (Ilha de Santiago)
Nireide Pereira Tavares
- 1735 Personagens Escondidas: À procura das emoções esquecidas das mulheres na indústria portuguesa. Uma análise arqueológica através de novas materialidades
Susana Pacheco / Joel Santos / Tânia Manuel Casimiro
- 1747 Sós mas não Esquecidos. Por uma Arqueologia da Solidão
Joel Santos / Susana Pacheco

7. Arte Rupestre

- 1761 O projeto First-Art (*Extension*): determinação cronológica e caracterização dos pigmentos nas fases iniciais da Arte Rupestre Paleolítica
Sara Garcês / Hipólito Collado / Hugo Gomes / Virginia Lattao / George Nash / Hugo Mira Perales / Diego Fernández Sánchez / José Julio Garcia Arranz / Pierluigi Rosina / Luiz Oosterbeek

- 1771 Mais perto da conclusão: novo ponto da situação da prospecção e inventário da arte rupestre do Côa
Mário Reis
- 1787 Propostas metodológicas para a conservação dos sítios com Pinturas Rupestres da Pré-História recente no Vale do Côa
Vera Moreira Caetano / Fernando Carrera / Lara Bacelar Alves / António Batarde Fernandes / Teresa Rivas / José Santiago Pozo-Antonio
- 1801 Alguma cor num fundo de gravura: principais conjuntos da pintura pré-histórica do Vale do Côa
Lara Bacelar Alves / Andrea Martins / Mário Reis
- 1815 Desde a crista, olhando para o Tejo – os abrigos com pintura esquemática do Pego da Rainha (Mação, Portugal)
Andrea Martins
- 1841 Gravuras rupestres da rocha 2 da Lomba do Carvalho (Almaceda, Castelo Branco).
Informação empírica e hipóteses interpretativas
Mário Varela Gomes
- 1859 Um novo olhar sobre as gravuras de labirintos: o caso do Castelinho (Torre de Moncorvo, Portugal)
Andreia Silva / Sofia Figueiredo-Persson / Elin Figueiredo
- 1875 Os seixos incisos da Idade do Ferro de São Cornélio (Sabugal, Alto Côa)
Luís Luís / Marcos Osório / André Tomás Santos / Anna Lúcia Vitale / Raquel Vilaça
- 1891 Entre topónimos e lendas. Explicações das sociedades rurais para o fenómeno podomórfico do nordeste de Trás-os-Montes
José Moreira
- 1905 Os grafitos molinológicos ou a realidade (in)visível das moagens hidráulicas tradicionais: resultados da aplicação de um inédito roteiro metodológico (Lousada, Norte de Portugal)
Manuel Nunes / Paulo André P. Lemos

8. Arqueologia Pública, Comunicação e Didática

- 1923 Património Mundial e Valor Social: Uma Investigação sobre os Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa e de Siega Verde
José Paulo Francisco
- 1931 Parque Arqueosocial do Andakatu em Mação. Boas práticas para a sustentabilidade e disseminação do conhecimento científico
Hugo Gomes / Sara Garcês / Luiz Oosterbeek / Pedro Cura / Anabela Borralheiro / Rodrigo Santos / Sandra Alexandre
- 1943 Vila Nova de São Pedro e a Arqueologia Pública – a consolidação de um projecto através dos agentes da sua história
José M. Arnaud / Andrea Martins / César Neves / Mariana Diniz
- 1963 O Monumento Pré-histórico da Praia das Maças (Sintra): atividades de divulgação e educação patrimonial realizadas no âmbito das recentes escavações arqueológicas
Eduardo Porfírio / Catarina Costeira / Teresa Simões
- 1979 A Idade do Bronze como ferramenta de Educação e Divulgação em Arqueologia – O Projeto Outeiro do Circo 2022-2023
Sofia Silva / Eduardo Porfírio / Miguel Serra
- 1993 Arqueologia Pública: a Festa da Arqueologia como caso de estudo
Carla Quirino / Andrea Martins / Mariana Diniz
- 2013 Open House Arqueologia – a aproximação da disciplina científica aos cidadãos
Lídia Fernandes / Carolina Grilo / Patrícia Brum
- 2025 “Cada cavadela sua minhoca”: Arqueologia Pública e Comunicação através do caso de estudo do Largo do Coreto e envolvente em Carnide (Lisboa)
Ana Caessa / Nuno Mota

- 2037 Grupo CIGA: comunicar e divulgar a cerâmica islâmica
Isabel Inácio / Jaquelina Covaneiro / Isabel Cristina Fernandes / Sofia Gomes / Susana Gómez / Maria José Gonçalves / Marco Liberato / Gonçalo Lopes / Constança Santos / Jacinta Bugalhão / Helena Catarino / Sandra Cavaco
- 2047 O Forte de São João Batista da Praia Formosa: a recuperação virtual e a reconstrução da memória
Diogo Teixeira Dias / Sérgio Gonçalves
- 2059 Entre a Universidade e a profissão: A experiência de um Estágio Curricular narrada na primeira pessoa
Mariana Santos
- 2069 A Arqueologia e os seus Públicos: relação dos Arqueólogos com os outros Cidadãos no âmbito da Contemporaneidade
Florabela Estêvão / Vítor Oliveira Jorge
- 2079 Arqueologia e Comunicação na era da Big Data: do sítio arqueológico ao registo de monumentos e paisagens. Será este um dia FAIR?
Ariele Câmara / Ana de Almeida / João Oliveira / Daniel Marçal
- 2091 Exposição de Arte-Arqueologia: Artefactos do Descarte
Pedro da Silva / Inês Moreira

9. Historiografia e Teoria

- 2103 Pré-História e “Antropologia Cultural”: repensar esta interface
Vítor Oliveira Jorge
- 2115 “Onde está o Wally?” Representações de mulheres nos museus de Pré-História
Sara Brito
- 2125 “Criei o hábito de geralmente ignorar”: sexismo, assédio e abuso sexual em Arqueologia
Liliana Matias de Carvalho / Sara Simões / Sara Brito / Jacinta Bugalhão / Miguel Rocha / Mauro Correia / Regis Barbosa / Raquel Gonzaga
- 2137 O ensino da Arqueologia em Portugal
Jacinta Bugalhão
- 2149 O Grupo Pró-Évora e o curso de arqueologia de 1968: uma primeira aproximação ao tema
Ana Cristina Martins
- 2161 Andanças na Arqueologia Urbana da Cidade de Coimbra: Um Historial de Duas Décadas do Processo Metro Mondego
António Batarda Fernandes
- 2177 Peixes de Água Doce e Migradores de Portugal: Sistematização da Informação Zooarqueológica
Miguel Rodrigues / Filipe Ribeiro / Sónia Gabriel
- 2191 Extração de Conhecimento em Arqueologia: primeiros resultados da aplicação a dados portugueses
Ivo Santos
- 2199 A Igreja do Carmo de Lisboa: um exemplo de arqueologia vertical com 600 anos
Célia Nunes Pereira

10. Gestão, Valorização e Salvaguarda do Património

- 2215 A simplificação legislativa e os desafios à atividade arqueológica
Gertrudes Branco
- 2223 IPA / IGESPAR, IP / DGPC – Extensão de Torres Novas: 25 anos
Sandra Lourenço / Gertrudes Zambujo / Cláudia Manso
- 2239 O futuro do Património Arqueológico Subaquático: Uma perspetiva através do ensino
Adolfo Silveira Martins / Alexandra Figueiredo / Cláudio Monteiro / Adolfo Miguel Martins

- 2245 **Recomendações de Boas-Práticas em Arqueologia de Ambientes Húmidos**
Ana Maria Costa / Cândida Simplício / Cristóvão Fonseca / Jacinta Bugalhão / João Pedro Tereso / José Bettencourt / José António Gonçalves / Miguel Lago / Pedro Barros / Rodrigo Banha da Silva
- 2261 **A inventariação e georreferenciação do Património Cultural Marítimo no *Endovélico***
Pedro Barros / Jacinta Bugalhão / Gonçalo C. Lopes / Cristóvão Fonseca / Pedro Caleja / Filipa Bragança / Sofia Pereira / Ana Sofia Gomes
- 2273 **A piroga monóxila Lima 7 e os desafios que o rio nos apresenta**
José António Gonçalves / João Marrocano
- 2291 **A paisagem marítima do litoral do Minho. Uma primeira aproximação à paisagem económica de Viana do Castelo**
Tiago Silva
- 2301 **O projeto TURARQ – Turismo Arqueológico para a compreensão da cultura e das interações ambientais**
Hugo Gomes / Sara Garcês / Marco Martins / Anícia Trindade / Douglas O. Cardoso / Eduardo Ferraz / Luiz Oosterbeek
- 2307 **Tecnologias de Detecção Remota aplicadas ao Descritor do Património: da prática à reflexão**
Gabriel Pereira / Nuno Barraca / Mauro Correia / Gustavo Santos
- 2321 **Procedimentos a adotar na manipulação de materiais arqueológicos para análises de resíduos orgânicos: as práticas instituídas e os equívocos**
César Oliveira
- 2331 **Arqueologia da Arquitetura aplicada ao estudo dos espaços construídos: uma metodologia de análise**
Eduardo Alves / Rebeca Blanco-Rotea
- 2343 **Almada Velha: um projeto municipal de gestão arqueológica**
André Teixeira / Sérgio Rosa / Telmo António / Rodrigo Banha da Silva / João Gonçalves Araújo / Eva Pires / Beatriz Calapez Santos / Fátima Alves / Francisco Curate / Leonor Medeiros / Joana Esteves / Alexandra P. Rodrigues / André Bargão / Joana Mota
- 2357 **Um projeto de Arqueologia atlântica: a ERA na Madeira**
Arlette Figueira / Miguel Lago
- 2365 **Abordagens Interdisciplinares para o Estudo Histórico e Arqueológico do Património Têxtil: Experiências e Perspetivas da Ação COST EuroWeb**
Catarina Costeira / Francisco B. Gomes / Paula Nabais / Alina Iancu
- 2381 **Umhas termas debaixo dos vossos pés: o Projeto de Estudo e Valorização do Criptopórtico Romano de Lisboa (CRLx)**
Nuno Mota / Ana Caessa
- 2393 **Arqueologia Urbana no Município de Coimbra**
Sérgio Madeira / Ana Gervásio / Clara Sousa / Joana Garcia / Raquel Santo
- 2407 **A Cidade como ponto de (Re)encontro com o seu território**
Raquel Santos / Ana Gervásio / Clara Sousa / Joana Garcia / Sérgio Madeira
- 2419 **Os antigos sistemas de gestão de água de Coimbra: características formais e estado da arte**
Paulo Morgado / Sónia Filipe
- 2433 **Ecologias da liberdade: materialidades da escravidão e pós-emancipação no mundo atlântico. Um projeto em curso em Portugal e na Guiné-Bissau**
Rui Gomes Coelho / Ana Maria Costa / João Tereso / Maria da Conceição Lopes / Maria da Conceição Freitas / Patrícia Mendes / Rute Arvela / Sandra Gomes / Sara Simões / Sónia Gabriel
- 2441 **Centro Interpretativo do Urbanismo e da História do Crato – Resultados da intervenção arqueológica**
Susana Rodrigues Cosme / Tânia Maria Falcão / Heloísa Valente dos Santos

PRÉ-HISTÓRIA E “ANTROPOLOGIA CULTURAL”: REPENSAR ESTA INTERFACE

Vítor Oliveira Jorge¹

RESUMO

A pré-história deve a sua existência a três “inspirações”: a histórica, no sentido de prolongar para trás no tempo a narrativa da vivência humana anterior à existência da escrita e do Estado; a antropológica, que permitiu, pela observação de culturas não europeias, perceber algumas afinidades entre elas e o que se imaginou ter sido o nosso passado ante-histórico; e a biológica, pelo contributo que a paleoantropologia física e a genética deram à compreensão de humanidades hoje extintas. Muitos são os problemas por esclarecer e diversas as perspetivas sobre a relação destas disciplinas entre si. Restringindo-me à antropologia dita “cultural”, tento aqui apontar sugestões interpretativas que poderão ser úteis para a construção de uma pré-história mais verosímil e interessante, hoje.

Palavras-chave: Pré-história; Antropologia cultural; Interdisciplinaridade; Transdisciplinaridade.

ABSTRACT

Prehistory owes its existence to three “inspirations”: the historical, in the sense of prolonging back in time the narrative of human life before the existence of writing and the State; the anthropological, which allowed, through the observation of non-European cultures, to understand some affinities between them and what was imagined to have been our prehistoric past; and the biological, through the contribution that physical paleoanthropology and genetics gave to the understanding of humanities that are now extinct. There are many problems to be solved and many perspectives on the relationship between these disciplines. Restricting myself to so-called “cultural” anthropology, I try here to point out interpretative suggestions that may be useful for the construction of a more credible and interesting prehistory today.

Keywords: Prehistory; Cultural anthropology; Interdisciplinarity; Trans-disciplinarity.

Como qualquer pessoa sabe, a pré-história como disciplina visa traçar a história da nossa espécie antes do aparecimento do Estado, e da escrita que lhe está na maior parte dos casos associada. Ou seja, tentar narrar uma “história” sem o recurso a documentos escritos, sem acesso a um “discurso” propriamente dito emitido pelas comunidades que estudamos. Assim, a pré-história pressupõe, além de uma extensão enorme do tempo humano “histórico”, a ampliação da própria noção de “documento”, estendida a praticamente todos os aspetos da realidade datáveis desses períodos mais remotos e que sejam suscetíveis de fornecer informações sobre eles, sobre a ação humana no mundo ao longo das centenas de milhares de anos que, em cada zona, antecederam a história em sentido estrito. Claro que, com o desenvolvimento da tecnologia da pesquisa, a tendência é para a con-

tínua ampliação de tais meios de produzir informação. A essa ampliação junta-se a dinâmica concreta da própria pesquisa em geral (há continuamente novos especialistas, novas perspetivas parciais e novas “descobertas”) e também a dinâmica das teorias interpretativas gerais, a qual depende de muitos fatores, mas tem uma lógica própria (certos paradigmas são descartados ou considerados menos verosímeis, e outros são aplicados, mas esse movimento interpretativo – de modo algum linear – depende muito das tradições culturais em que se inserem os especialistas de cada região). Tal como qualquer outro campo do conhecimento, a pré-história (como período histórico no sentido geral, e como disciplina que o estuda) é sempre um “work in progress”. Ou seja, cada narrativa que se elabora sobre a história mais remota da nossa espécie é sempre ela mesma histó-

1. IHC-FCSH-UNL / vitor.oliveirajorge@gmail.com

rica, no sentido de ser contingente, de se situar num (de ser emitida a partir de um) determinado tempo/ espaço, e de se destinar a ser superada por outras narrativas – tal como todo o conhecimento humano (nunca é demais insistir sobre realidade tão óbvia). Ou seja, ao contrário da ambição ingénuo positivista que acreditava em que, através da ciência, um dia viríamos a compreender “tudo” (no extremo, seriam as ciências a substituírem a filosofia!), e neste caso, a narrar completamente a “verdadeira” pré-história da humanidade, nós hoje estamos todos conscientes do carácter intrinsecamente fragmentário de qualquer campo do saber. E, admitindo “progressos” parciais neste ou naquele domínio, sem os quais cairíamos no desalento, sabemos de antemão que eles estão destinados a serem superados por outros... e nunca de forma linear, como referi, ou simplesmente aditiva. Por outras palavras, as certezas que procurávamos nas ciências – ou em qualquer forma de conhecimento – e que nos prometiam a compreensão do Todo, eram, afinal, um modo de laicização das religiões, nomeadamente das monoteístas, viradas para a obsessão do Uno. Eram simples crenças. Nós hoje sabemos que isso não tem sentido, nesta aceção dupla: não só a realidade não é totalizável, ou seja, é ela mesma não-Toda (questão ontológica), como o conhecimento, parte também ele, afinal, dessa realidade, é ele próprio evidentemente não-Todo (questão epistemológica). Isto tem evidentemente que ver com uma total historicidade de tudo o que podemos conceber.

Não se trata aqui de uma posição relativista, porque o relativismo pressupõe ainda uma posição explícita de negação do Todo, do completo, do não-relativo; essa posição mede-se (por negação) em relação a esse Todo. O relativismo traduz uma certa nostalgia do Todo. Trata-se sim de algo de muito mais radical: sujeito do conhecimento e realidade conhecida (a famosa “substância” dos filósofos, como suposta totalidade) estão em mediação dialética constante, de forma que a negatividade é intrínseca à própria realidade. Tudo é essencialmente histórico, aberto, plástico; e o “falhanço”, a lacuna, na operação de constituição da realidade (a admissão do não-Todo, a sua inequívoca existência) é o que permite a própria subjetividade humana. É nessa lacuna que se insere o subjetivo. E, sem subjetividade, seria a própria realidade, tal como nós humanos a entendemos, que se dissolveria. Por isso a subjetividade é um elemento básico da razão, e um tema crucial, inescapável, da modernidade. Hegel mostrou isso bem.

Para um “eu”, o sujeito (individual ou coletivo, um “nós”), poder tentar a máxima objetividade possível, precisa evidentemente de ser sujeito (passe o pleonasma), ou seja, a objetividade atinge-se a partir de uma posição necessariamente subjetiva: o que faz a ciência (incluindo a arqueologia pré-histórica, necessariamente) é criar protocolos de objetivação, desenvolver métodos de análise, que sejam partilháveis por subjetividades coletivas, quer se trate da comunidade dos arqueólogos que sobre o assunto se debruçam, quer, depois, do público “leigo” a quem as narrativas interpretativas finais se destinam. Essas narrativas, dado o seu carácter sempre provisório, precisam de tempos a tempos de ser revistas, atualizadas: e assim aparecem, regularmente, novos livros que apresentam renovadas sínteses dos nossos conhecimentos, ou até (o que é, compreensivelmente, mais raro) os reformulam drasticamente, a partir de outros paradigmas.

É útil, penso, ter presentes estas ideias triviais, pois muitos de nós fomos formados pela ideologia positivista, e por vezes ainda vivemos na ilusão (consciente ou não) de que os elementos que acrescentamos através das nossas pesquisas são cada vez mais perfeitos, exatos e próximos do “passado realmente acontecido”, o qual, um dia (intencionalmente colocado num momento vago de um futuro ideal), será totalmente compreensível e compreendido, ou seja, presentificado. Basta pensar um pouco para se perceber o absurdo de tal ideia. Não passa de um sonho, ou mito, ou mesmo embuste. O passado, por definição, evidentemente só existe enquanto modalidade de cada presente, mediado por cada presente. Como o presente está sempre a mudar, o passado também: mas é nessa lacuna, ou brecha, permanente, que a historicidade e a subjetividade humanas se inserem, que aí encontram o seu lugar.

Assim, em vez de querer “reconstituir o passado”, é sem dúvida mais exato dizer que se pretende, em cada momento, “constituir o passado”. A historicidade é uma condição absoluta do humano. E sem o humano, obviamente, não há realidade, nem ciência, nem conhecimento, etc. Claro que “a realidade” não nasceu com o humano! Mas a sua conceptualização (mesmo a de que ela, realidade, é muitíssimo anterior a nós, Homo sapiens) só pode ser feita a partir da linguagem simbólica, que a constitui como nós a concebemos. Por isso, desde que o humano emergiu da matéria – a partir da evolução das espécies, neste caso dos primatas, ao longo de milhões de anos – ele

estabeleceu um corte definitivo e dramático com a natureza, porque a natureza obviamente não tinha subjetividade antes do ser humano dotado de linguagem articulada surgir. Esse “salto” qualitativo da matéria, ao dobrar-se sobre si mesma, e dar origem à emergência do espírito (da consciência e do seu correlativo inconsciente), proporcionou no nosso planeta (e não sabemos em que outros “pontos” deste, ou doutros, eventuais universos) uma mudança radical, como já o aparecimento da vida tinha sido algo de “fabuloso”, de qualitativamente novo, relativamente à matéria inerte.

Tudo isto decorreu de fenómenos naturais, materiais, não há aqui transcendência alguma. Foi obviamente o ser humano – e não um qualquer Deus no “princípio do mundo”, como ingenuamente contavam as religiões e muitas pessoas ainda acreditam – quem criou a própria ideia de natureza (ou seja, o que não é humano nem produto específico da sua atividade), e se pôs a tentar compreendê-la, ao mesmo tempo que procurava compreender-se a si próprio. Esse movimento do espírito humano, a partir da modernidade europeia, revestiu as características da racionalidade, da razão, e permitiu o eclodir da ciência em todos os domínios, incluindo aqueles que a teologia tradicionalmente abarcava. E assim se inventou, entre múltiplos outros domínios científicos, aquele ao qual nos consagramos, a pré-história.

É escusado, entre colegas, estar a explicitar os múltiplos subdomínios que interessam à pré-história, como conhecimento inter e transdisciplinar, de todos(as) conhecidos. É talvez mesmo inútil relembrar que uma das condições do nascimento da pré-história foi a comparação entre objetos encontrados nos solos europeus (com frequência, reduzidos às suas partes mais duradouras, como os machados polidos) e outros em uso ainda em comunidades exóticas estudadas pela antropologia cultural, e a sua evidente analogia formal. Dessa analogia formal partiu-se rapidamente para uma ideia funcional, de analogia de uso de objetos muito simples na sua conceção, mas eficazes na sua aplicação a várias tarefas, e daí para a noção, essa muito mais ampla, de que as sociedades ocidentais “civilizadas” seriam o produto de um longo processo histórico, e teriam, também, conhecido a sua pré-história, concebida como uma fase “infantil” da humanidade inteira, fase portanto algo “primitiva” e simples, próxima da natureza, porque dotada de uma tecnologia elementar.

Esta narrativa – que representou uma revolução in-

telectual, um virar de costas às explicações bíblicas – serviu de base à antropologia cultural e ao sistema colonial que lhe está intimamente associado. Por que razão a atenção humana ficou alertada para estes fenómenos num dado momento do tempo é um problema muito interessante de estudar. Seja como for, os “povos primitivos” encontrados noutras paragens seriam equiparáveis, nos seus modos de vida e conceções, àquilo que nós próprios já teríamos sido há milhares de anos, o que comprovava não só o nosso percurso a caminho da civilização, como a nossa superioridade em relação a outros que não teriam encetado esse caminho, mantendo-se em sociedades “frias”, como autênticos “fósseis vivos” de formas de vida, de subsistência, de crença, de conceção da realidade de que há muito, por via dos monoteísmos, e depois das ciências, nos havíamos libertado. Tornava-se pois capital estudar os outros para perceber de onde tínhamos vindo. Daí toda uma narrativa elitista e racista que mergulha a sua raiz na ideia de progresso tão típica da modernidade, progresso esse que era totalmente alheio e seria até um conceito intrusivo, agressivo, relativamente a comunidades que desconheciam a ideia de natureza como puro conjunto de recursos, o trabalho árduo como valor, e o conceito de invenção inovadora; e, nessa diferença, seriam portanto, do “nosso” erróneo ponto de vista, inferiores a nós. O modo de acumulação capitalista, e a conceção individualista do desenvolvimento, tendente a uma ação produtora sem limites, aguçada pela competitividade dos mercados, opunha-se à “preguiça”, menor capacidade, ou lentidão dos homens e mulheres “da selva” (ou de outros ecossistemas exóticos) que pareciam ter uma vida que pouco se distinguia do modo de existência animal. Só mais tarde nos demos conta do erro básico desta visão evolucionista simples e começámos a alertar-nos para a complexidade das chamadas “culturas primitivas”, e correlativamente para o nosso próprio exotismo! A complexidade tem múltiplas formas, e não apenas a ocidental europeia.

Assim, é claro que aquela narrativa inicial foi sendo revista à medida que a antropologia se estendia a todo o planeta, acompanhando o próprio processo de expansão ocidental e depois de globalização, e obviamente essa visão simplificada, errada, preponderante no século XIX, foi muito abalada pelos acontecimentos traumatizantes do século XX: afinal as sociedades mais “civilizadas” eram aquelas em que se podiam praticar as maiores barbaridades,

ou destruições dos humanos entre si, e destes relativamente ao meio-ambiente em que vivem. Há um desfasamento abissal entre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia (tantas vezes motivadas pela guerra, e ao serviço dela, ou da concorrência comercial e competição como paradigma de vida) e o progresso do espírito humano no seu conjunto, o qual, como Kant sonhou, seria o da paz universal, e, como Marx imaginou, seria o da dissolução do Estado e da abolição das desigualdades sociais.

Esta profunda mudança de consciência do espírito ocidental (e seu trauma, causado pela constatação de que a realidade era bem diferente da ideologia do progresso global) levou, por um lado, ao desenvolvimento das ideias relativistas (duas culturas diferentes não podiam ser aferidas pela mesma bitola) e, por outro, até, num extremo, ao abandono, ou à inversão, da ideia de progresso. Afinal as sociedades da abundância eram as sociedades ditas “primitivas”, “pré-históricas”, em que ser humano e natureza estariam em equilíbrio, e as comunidades consumiam apenas aquilo de que, em cada momento, necessitavam para a sua subsistência; não sentiriam falta de nada, ao contrário de nós, consumistas inveterados, sempre insatisfeitos e frustrados, sempre à procura de mais alguma coisa que completasse tudo o que já tínhamos (mais uma demonstração da metafísica do Todo que provinha das religiões). O desejo insatisfeito é, afinal, a própria base psicológica do capitalismo, e do mal-estar contemporâneo de que já Freud falou. E entretanto aquela teoria, que mostrava os “primitivos” em estado de equilíbrio, de relativa paz, e em comunitarismo, no sentido da partilha de bens essenciais, mais não era do que uma nova versão, moderna, do paraíso inicial, do Éden bíblico, em que o ser humano não tinha ainda a consciência de o ser, antes de ter cometido o “pecado” de querer apoderar-se dos frutos do saber, ou seja, de adquirir a autoconsciência. O homem, feito “à imagem e semelhança de Deus”, foi porém castigado por este, quando quis ter ao menos um pouco da “omnisciência” divina (contradições que não são exclusivas da nossa religião).

O conceito cristão, bem nosso conhecido, de que o ser humano é diferente do resto da natureza, e emana de um desejo excessivo e proibido, já entre os antigos gregos tinha tido uma versão algo comparável, através do mito de Prometeu e Epimeteu, dois titãs, a quem Zeus tinha encarregado de distribuir as várias “qualidades” pelos entes. Epimeteu propôs-se

realizar essa tarefa, mas, distribuídas tais qualidades pelos mais diferentes seres, esqueceu-se – erro horrível, mas sintomático – do ser humano. O humano passava assim por ser uma exceção, um ente sem sentido, sem atribuições próprias: uma noção que preludia de forma inequívoca a ideia do abismo que o humano, ser do simbólico, representa em relação à matéria, inerte ou animada. Um animal “absurdo”, desajustado, que tem de aprender a viver, individual e coletivamente, que tem de encontrar uma linha de conduta, que tem de aprender, através da chamada “cultura”, a encontrar um lugar no (um sentido para o) mundo. E assim Prometeu, para salvar o irmão da ira de Zeus, viu-se obrigado a, in extremis, praticar uma ação impossível, roubar o fogo aos deuses, o que pagou duramente com uma tortura para toda a eternidade. Claro que esse fogo, que seria monopólio divino, é um símbolo da técnica, isto é, da civilização e da cultura, da sua potencialidade transformadora, excepcionalmente detida como um bem inestimável pelos homens civilizados, já na conceção dos antigos gregos, os pais da nossa própria forma moderna de viver, baseada na exceção superior da liberdade de palavra e na democracia, como sabemos, nesse tempo, apanágios de uma elite masculina restrita. Significativamente, para os gregos, tudo o que estava ligado à conservação e reprodução da vida, como *zoé* – como seriam os instintos dos animais, por exemplo – era considerado secundário, algo necessário mas inferior, próprio do *oikos*, do lar, onde estavam a mulher, as crianças, os escravos e os animais domésticos. O importante era o resto, o que os homens livres debatiam entre si, como nos diálogos de Platão.

A nossa conceptualização ocidental relativamente à natureza tem raízes muito antigas. Mas é uma entre muitas outras, algumas ainda existentes, outras já extintas. Porém, todas as ontologias, por mais diferentes que sejam, contêm uma narrativa das origens, do princípio do mundo e da ordem que lhe é inerente. O ser humano procura a explicação, o sentido e a ordem, não suporta o caos, nem a indeterminação (o carácter ficcional da realidade, de facto), a aparente sem-razão do fluir do tempo e da extensão do espaço. Tem de apor um sentido ao seu vazio, é uma criatura do desejo. E por isso uma das mais antigas formas de diferenciar o ser humano dos restantes animais é considerar a construção artificial do espaço, a criação de um espaço humano, onde objetos, vivências, rotinas e rituais estejam balizados por determinadas regras espaço-temporais seguidas em princípio por

todo o grupo, regras que adscrevem a cada indivíduo uma posição definida, um estatuto, e portanto um conjunto de direitos e de deveres, que podem ser implícitos, mas não são por isso menos importantes. Muitos dos sítios pré-históricos que estudamos, e a que apressadamente queremos atribuir uma funcionalidade (porque na nossa sociedade funcionalidade e sentido se confundem) não são mais do que, prioritariamente, formas de construir espaços e de neles plasmar uma ordem, um microcosmo, materializar uma certa racionalidade, tão importante e básica como a satisfação das necessidades biológicas ou dos modos de procriação e reprodução do grupo. Percebermos esses sítios, por vezes grandes dispositivos monumentais, que teriam um impacto cénico na consciência dos construtores e habitantes (no conhecido sentido heideggeriano de habitar) é, antes de tudo, afastar das nossas preocupações a vontade de lhes dar uma funcionalidade ou uma explicação retirada do nosso senso-comum.

Estudar pré-história é uma aprendizagem do despaísamento, como acontece na antropologia: não é a domesticação, do que encontramos no terreno, pela sua inserção em categorias do senso comum atual (ato de poder acrítico). É nesse aspeto que um longo convívio com leituras da antropologia cultural nos ajuda: não para encontrar “paralelos” para isto ou aquilo, mas para nos advertir do que não podemos fazer, pressupor a existência de universais simples, presentes em todas as culturas, épocas e povos: isso é uma nova forma de colonialismo, de ocupação intempestiva do passado com conceitos do presente, de projeção no antes do que é agora. O processo de aprendizagem da pré-história – a qual alguns colegas provindos das ciências naturais às vezes têm dificuldade em perceber, apresentando conclusões sociológicas, ou históricas, ou psicológicas, etc., com uma candura e uma assertividade que surpreendem – é, antes de mais, um processo de descarte. Entrar nas ciências sociais, para quem vem das ciências ditas naturais ou exatas, é atravessar um limiar, passar sob um pórtico iniciático muito sensível! Todo o cuidado é pouco... é necessária uma outra forma de “cultura”... , de subjetividade.

Se há realidade que a arqueologia pré-histórica nos comprova é que as formas de organização do espaço são muito antigas, e certamente se relacionam com modos de organização social e de interação que evidentemente pressupõem a existência da linguagem articulada. Basta considerar a antiguidade dos sig-

nos apostos pelas comunidades à natureza (aquilo a que normalmente chamamos “arte rupestre”). São, ao nível da paisagem ou território (rio Côa, Portugal, por exemplo) ou ao nível mais restrito (espaço interno de cavernas, por exemplo) uma autêntica forma de “escrita”, não no sentido em que hoje usamos esta palavra (transcrição gráfica de signos relacionados diretamente com uma linguagem articulada, com uma gramática), mas no sentido de que marcam intencionalmente com símbolos recorrentes certos pontos do espaço. Essa distribuição organizada, estruturada, de signos, transformava necessariamente a significação dos espaços, e podia até servir, com toda a verosimilhança, de base a narrativas que envolviam e integravam os espaços, os quais deixavam assim de ser realidades meramente físicas, para passarem a ser locais culturais. Leroi-Gourhan foi dos primeiros a dar-se conta do (e a tentar perceber o) carácter estruturado desses signos (para o Paleolítico): os seus tipos (figurativos ou esquemáticos, pintados ou gravados) não têm obviamente uma intenção decorativa ou meramente descritiva, ilustrativa, não são produtos acidentais ou casuísticos de uma atividade esteticamente expressiva (embora aos nossos olhos possam aparecer como tais, e até como sendo, por vezes, autênticas obras-primas), ou funcionalmente motivada, mas constituem um modo de apor sentido a certos locais, de os transformar ativamente e de forma duradoura, em termos simbólicos. São elementos de tipologia (leque de formas) relativamente restrita e o seu aparecimento nos locais onde surgem, normalmente como signos associados entre si, não é evidentemente casual. Havia por detrás de tal estrutura de signos uma (ou várias, muitas talvez) estrutura narrativa.

Ora, todas as sociedades estudadas pela antropologia têm, na sua bagagem cultural, um conjunto de narrativas dessas, sejam do conhecimento geral das comunidades, sejam do domínio exotérico ou só acessíveis a uma parte dos grupos (iniciados, homens mais velhos, mulheres, etc., etc.). Também não se conhece comunidade que não possua uma qualquer forma de música, muitas vezes ligada ao movimento do corpo, ou mesmo explicitamente à dança; e é até possível, como se tem por vezes aventado, que a separação da linguagem e do canto só tenha ocorrido muito depois de ambos fazerem parte do mesmo sistema expressivo. Ora, a dança, por mais simples que seja, é também um ato ritual de organizar, vivenciando-o, emotivamente e com o(s)

corpo(s), um espaço comum. Os corpos bailando em conjunto desenham trajetórias incorporadas, tradicionais, e reportam-se a narrativas transmitidas de geração em geração, que podem ser assim reatualizadas pela dança.

Temos de nos convencer da necessidade desta precaução, e de interiorizar esta ideia muito simples: o ser humano é essencialmente um ser do simbólico, um ser da linguagem, um ser do sentido: e é nessa moldura (com infindas variantes) que se encaixam sempre, diferentes de local para local e de época para época, todas as suas atividades. Esquecendo isso, estamos no domínio (tendencialmente simplificado, ou mesmo infantil) da fábula. Nas ciências humanas não tem sentido a ideia de que a explicação mais simples é provavelmente a mais verdadeira, nem o apelo a uma pretensa natureza humana como forma simplificada de impor as nossas concepções ao diferente. Nestas ciências, paradoxalmente, o universal não é a regra, ou este só como objetivo longínquo, em termos muito abstratos, se pode conceber. Também, por outro lado, não tem sentido querer projetar nos objetos e nos seres da natureza realidades próprias do humano, numa verdadeira atitude alienante, a de atribuir subjetividade ao que a não tem. Na verdade, não há sociedade humana sem objetos artificiais, isso é óbvio; também não há comunidade alguma que não esteja inserida num certo ambiente natural, e que não tenha em relação a ele as mais variadas e insuspeitadas representações e modos de relação.

Por exemplo, para muitas ontologias, sabemos-lo a partir da antropologia comparada (toda a antropologia aliás se baseia na comparação, atitude aliás intrínseca a qualquer conhecimento; sem comparação não podemos pensar), não existe diferença de natureza entre animais e seres humanos (só de aspeto exterior), ou entre certos pontos do território e a própria identidade de um grupo que com tal ou tal espaço se identifica, de onde deriva a explicação da sua origem, etc. Mas isso são fenómenos que procuramos compreender adentro de uma grelha que é necessariamente ocidental, ou mesmo europeia. Não somos nunca observadores ou intérpretes neutros, colocados acima da realidade, como se fôssemos ocupar, através da cátedra da ciência, o lugar de Deus. A partir do momento em que inaugurámos a modernidade, abandonámos por absurda essa ideia de ver o Todo a partir “de cima”. Nem há esse “lugar de cima”, nem há o Todo, a não ser na nossa fanta-

sia. Nunca ninguém (individualmente ou em conjunto) viu Tudo, e esse conceito do senso comum – o Todo, a Verdade, o Insofismável, o Improfanável, etc. – é apenas uma projeção fantasmática, um delírio do desejo insatisfeito. Ora, sem insatisfação não há desejo, e sem desejo não há ser humano. Por isso temos de aprender a desejar. Não nos deixemos arrastar por formas de ideologia New Age, ou pelo conhecido facto ligado ao conceito de fetichismo das mercadorias, das coisas que aparecem no mercado, as quais, como Marx mostrou (e sabemos como toda a realidade se transformou entretanto num mercado...), surgem como se tivessem um valor em si, quando são apenas produtos desse mercado, de uma troca mercantil, através da mercadoria abstrata chamada dinheiro, que tapa, esconde, o que está por detrás dele, que é o trabalho humano, a força de trabalho necessária à produção de cada coisa, e a mais-valia que ela implica, ou seja, o lucro inerente ao processo de produção, a diferença entre o que o trabalhador recebe e o preço por que é vendido o produto do seu labor.

Estas ideias são tão óbvias que se tornaram banalidades que todos conhecemos, mas que por vezes parecemos esquecer no desejo pós-moderno de apresentar novidades interpretativas totalmente improdutivas, nomeadamente para os objetivos que presidem à pré-história. Para descartar essas banalidades interpretativas, a primeira condição é o estudo de uma filosofia crítica que nos ajude a compreender melhor, hoje e aqui, o ponto de vista de que partimos. Também aí temos de nos despaisar, para voltar a ver a “paisagem” com novos olhos: e isso como exercício contínuo, autocrítico. Para compreender melhor um campo de pesquisa temos forçosamente de sair dele e de nos interrogar por que razão lá entramos e com que preconceitos: tudo isto necessita de tempo, e todo esse amadurecimento é contrário à pressão produtiva (tão nítida agora no saber universitário e académico) que nos obriga a multiplicar mais do mesmo, porque o que hoje em dia importa é a quantidade, desde que certificada por um selo internacional de qualidade (indexação), como acontece com qualquer outra mercadoria.

Na verdade, ficamos surpreendidos, quando estudamos antropologia, com a diversidade de comportamentos e de representações, de concepções da vida e do mundo, que ela estudou e inventariou, e de como toda essa imensidão é apenas a pequena, ínfima ponta de um icebergue para sempre perdido (cá volta a

surgir, na minha escrita, a nossa nostalgia metafísica do Todo, a que também pertence...). Não só porque antes da antropologia nascer muitas culturas terão existido e desaparecido, como porque, com frequência, quando uma comunidade diferente da nossa era abordada pelo(a) antropólogo(a), isso correspondia apenas a um momento histórico preciso, muito particular, dessa comunidade, que muitas vezes era a-temporalizada pelo(a) investigador(a), como se não tivesse ela própria uma história. Tratava-se aí afinal de um ato colonial, de pensar que a história é nossa, que só nós, ocidentais, é que “evoluímos”, e que “os outros” estão parados no tempo e podem ser observados e interpretados a qualquer momento, porque qualquer momento é o seu tempo todo – tremendo erro de perspectiva! Por outro lado, tudo o que um, ou uma, ou muitos informantes dizem, é aquilo que corresponde à sua visão particular: quem nos garante que ela é partilhada por todos os outros elementos de certa comunidade com quem se não pôde falar? Ou seja, retirando da história as comunidades estudadas, o(a) antropólogo(a) estava também a retirar-lhes a possibilidade de existência, nelas, da singularidade própria de cada ser humano, transformando tal comunidade numa massa indistinta, numa realidade inteiriça: sabemos bem que isso é mais uma ficção. Portanto, muito do que a antropologia cultural conta são estórias, são ficções simplificadas. Mas os repositórios de teses das universidades estão cheios de produtos desses. Trata-se quando muito de “fotografias” que fossilizaram no tempo e no espaço uma comunidade viva e a reduziram a uma imagem parada. Melhor que nada, mas muito insuficiente e profundamente enganador.

A vida escapa sempre ao nosso (de ocidentais, tantas vezes universitários urbanos, desejosos de voltar para a academia com uma descrição do Outro que corresponde, de facto, a uma vontade de apropriação indevida) desejo de totalização... no fundo uma vontade de apoderamento, de colonização do Outro. De facto, a diferença aparece de modo constante nos trabalhos de antropologia; mas aparece como diferença em relação a quê? À nossa particular visão, cultura, expectativa, de intelectuais urbanos, ocidentais. Autoinstituímos-nos como bitola. Claro que há muitos(as) investigadores(as) de outras origens, provenientes de outras culturas – mas formaram-se, com frequência, em universidades do Ocidente. Pelo que, mesmo as suas tentativas de desmistificação de visões eurocêntricas, ou “ocidentalocêntri-

cas”, são motivadas já por um longo convívio com o pensamento ocidental.

Não há, claro, nunca, insisto, um olhar puro, ou neutro, omnisciente, ou “olhar de Deus”: esse olhar seria cego, impossível. É sempre a partir de um ponto de vista, de uma situação subjetiva, que se constrói, ou tenta construir, a objetividade. A nossa ideologia infiltra-se inevitavelmente em tudo o que pensamos ou fazemos, por mais bem apetrechados criticamente que estejamos: somos seres do inconsciente. O mais “verdadeiro” eu que em mim fala, e fala sempre em nome de uma certa “verdade”, é o eu inconsciente, é aquilo que eu não capto, que não controlo, mas que me capta a mim, tal como a linguagem, pois nela não sou eu que falo, que a utilizo a meu bel-prazer (como visivelmente parece), mas é ela, o código, que me antecedeu, que eu aprendi ao nascer, que fala por mim. Qualquer linguista está bem ciente dessa realidade. Ora isto, esta brecha, só existe no ser humano, e faz do seu estudo uma atividade muito delicada.

E, precisamente pela compreensão do humano ser algo de muito sensível, é que ela se tenta completar através da arte (como prática e como fruição): porque as regras da “grande arte” são sempre surpreendentes e por vezes até chocantes, numa subversão do senso comum: mas, sendo-o, desfuncionalizando a relação e compreensão humanas, tornam-na muito mais “verdadeira” e densa de sentido, isto é, ressoam de modo imprevisível e sempre diferente em cada um(a) de nós. Por isso ao lado da religião que vem do fundo dois tempos, e da ciência que a modernidade inventou, a arte é sempre algo que não podemos dispensar, sem a qual a existência humana seria impensável.

Sendo assim a complexidade do humano, a singularidade irreduzível de cada ser humano, fico sempre de pé atrás quando alguns dos meus colegas pré-historiadores (às vezes os mais inteligentes, porque não poucos, infelizmente, quase se limitam a descrever “dados”, ou a propor explicações baseadas no mais ingénuo senso comum) tentam sugerir interpretações baseadas na antropologia para explicar as realidades arqueológicas, mudas, que se lhes deparam. Apesar de eu próprio ter caído certamente muitas vezes no mesmo erro, até perceber a armadilha que me prendia, o que é talvez mesmo inevitável, porque nós queremos dar um sentido às realidades materiais com que estamos confrontados, disso depende o “êxito” público (e até o eco prático, o apoio, o financiamento...) da nossa indagação. Pois na ver-

dade esse sentido é-nos insistentemente pedido pelas outras pessoas (as chamadas leigas na matéria), perante as quais, se hesitarmos, ou colocarmos bastantes dificuldades, muitas erroneamente pensam logo que somos ignorantes, e vão buscar a explicação “certa” ao colega expedito mais próximo. Tudo isto revela alguma ingenuidade, para não dizer infantilidade – mas uma das vantagens de chegar a velho – como é o meu caso, pelo menos em termos cronológicos – é perceber que quase toda a humanidade vive e viveu sempre numa certa infantilidade conceptual, eu certamente incluído, em múltiplos aspetos.

Se em antropologia aquilo com que contactamos é sempre uma realidade muito limitada, filtrada pela nossa experiência anterior (e neste caso o trabalho de campo em equipa, sobre uma mesma comunidade, e ao mesmo tempo, por vezes seria mesmo contraproducente, porque afastaria as pessoas, com desconfiança sobre o verdadeiro objetivo das perguntas que lhes iríamos fazer, por mais habilmente que as entrevistássemos), então imagine-se o limitado que é aquilo que podemos observar numa escavação pré-histórica, ou a partir dela, mesmo que aqui possamos usufruir do trabalho de colaboração de diversos investigadores! O solo não fala, ao contrário do que ingenuamente vinha na abertura de um manual (já clássico) de escavação. Nem contesta as nossas “interpretações”, por mais simplistas ou mesmo absurdas que sejam, e os “restauros” ou musealizações que delas resultam. É, por assim dizer, “o crime perfeito”. As estruturas que encontramos, ou os restos delas, sofreram muitas vezes ao longo do tempo inúmeras remodelações. Entre o quotidiano negociado e tenso da vida que já há muito não existe, mediado de intenções partilhadas ou secretas que muitas vezes morreram com o seus protagonistas, do qual agora só nos aparecem magros restos indiretos e ambíguos, que via interpretativa tomar para construir (e materializar) uma explicação (situação) pelo menos verosímil? ... e sempre tendo presente que mesmo as escavações mais bem suportadas logisticamente são um processo lento e, em cada momento, só abarcam uma parcela ínfima do que potencialmente poderiam abranger.

A partir do trabalho de campo, que revela elementos de estrutura, que ficam no local, e objetos diversos, que se retiram do sítio, abrem-se-nos dois caminhos, articulados entres si, qualquer deles mais enganador do que o outro se supervalorizado. Um consiste em privilegiar os achados, os objetos, os chamados

“materiais”, que em geral (nem sempre...) se deslocam dos seus contextos e colocam com a respetiva etiqueta em sacos de plástico: e depois fazem-se estudos de museu – menos árduos do que o trabalho físico ao ar livre, é certo, mas extremamente penosos pelo carácter rotineiro que assumem: mas há sempre pessoas que até gostam de fazer isso, e tal é evidentemente indispensável. Constituir bases de dados: claro, imprescindível. Porque assim fica um arquivo a determinada altura imenso, em vez de um amontoado caótico de dados, que seria incontrolável se não fosse metodicamente organizado, e que é importante que possa ser usado, nas melhores condições possíveis, por investigadores posteriores, que não tiveram a experiência original de campo, no momento único em que tais materiais foram vistos em conjunto e em seguida exumados. E depois vai-se fazer comparações, relativamente a cada tipo de objetos, com os encontrados noutros sítios que se presume pertencerem à mesma “família” formal de tipos, e serem da mesma época genérica.

Outro caminho paralelo (os dois estão em conexão mútua, claro) consiste em tentar interpretar funcionalmente as estruturas com base noutros casos conhecidos, supostamente afins. Mas na verdade muitos sítios, quando escavados rigorosamente (até a questão do rigor é discutível, porque há o suposto rigor cego e rotineiro, que utiliza sempre, paulatinamente, o mesmo método, e o rigor inteligente, que implica riscos e intuições, “saltos” de orientação, próprios de quem já tem muita experiência de campo) são um verdadeiro palimpsesto, no qual é extremamente difícil determinar contemporaneidades, não no sentido geral das estruturas pertencerem à mesma faixa ampla de tempo, mas de saber se o seu uso/utilização/vida foi de facto coevo ou não. O “grão grosseiro” das datações por C14, apesar do grau com que se têm vindo a aperfeiçoar, faz com que essas coetaneidades sejam praticamente impossíveis de determinar em muitos casos. Entre a “vida” que se desenrolou num certo local, com as suas continuidades e descontinuidades, pautada pelos dias, estações do ano, ritmos próprios de determinada comunidade ou comunidades, alterações produzidas no espaços e suas estruturas, remodelações, rearranjos, decisões de certos sujeitos ou subgrupos, etc., etc., e o que nós podemos hoje imaginar a partir do que pomos à vista no chão, vai uma vertigem de desconhecimentos. Claro que nada disso é motivo para abandonarmos uma pesquisa, mas é bom ter presente que se trata

de um desafio muitíssimo difícil, e que a interpretação sugerida no final dos trabalhos (admitindo que existe um final) mobiliza realmente toda a bagagem e experiência de vida de cada um dos investigadores envolvidos, sendo mais que natural que não coincidam em todas as sugestões que fazem, ou conclusões que apresentam. A pré-história, e sua arqueologia, não se adequa a conclusões apressadas, nem a espíritos que convivem mal com a dúvida, a incerteza, o carácter precário das nossas intuições, conclusões, em cada momento. Carácter precário que nem todos(as) assumem, sobretudo no momento de apresentarem o seu trabalho aos decisores e ao público: como já se lembrou acima, no mundo em que vivemos, muito pragmático e funcionalizado, “aquele(a) que sabe” é o(a) que afirma com tom mais assertivo, e não acompanhado de um constante “talvez”, que o pré-historiador Gordon Childe dizia não repetir constantemente nos seus livros apenas para não cansar o leitor.

A pré-história, que levou algum tempo a ter “direito de cidade” na academia, onde a arqueologia das grandes civilizações goza de outro prestígio, e a antropologia cultural, que também não beneficia muito das atuais perspectivas do ensino e pesquisa (ambos funcionalizados, e com grande dificuldade de prosseguirem estudos em paragens longínquas, que exigem grande financiamento e estadias prolongadas e com bom apoio institucional) são disciplinas (artificialmente) apartadas entre si. Raramente (excetuada a antropologia física, que não está aqui em causa) vemos equipas integrando pessoas de ambas as formações, ou mesmo de outras áreas, como a arquitetura por exemplo. Cada um ou cada equipa para seu lado, trabalhando em geral com meios escassos, confinada a poucos casos onde a investigação concreta, com a sua temporalidade lenta e extremo cuidado, é quem comanda os esforços. Há pouco disso, em arqueologia a maior parte é investigação aplicada e empresarial. Não é a um convívio intenso a que assistimos, mas a uma dissociação dos investigadores, dos seus programas, dos seus interesses, das suas reuniões científicas: pré-historiadores ou arqueólogos(as) da pré-história para um lado, antropólogos(as) culturais (ou sociais, se se quiser) para outro. Não há uma verdadeira interação mútua, a qual implica necessariamente tempo e a intersubjetividade implícita em que investigadores, com diferentes pontos de vista, coincidam nos mesmos interesses, criem objetos interdisciplinares de raiz,

raciocinem interdisciplinarmente já como um hábito, um comportamento incorporado.

O interface das duas disciplinas é as mais das vezes um muro. Ora, eu sou do tempo em que um dos grandes objetivos do nosso trabalho era compreender as “origens”, com tudo o que isso tem de mítico: as origens da “arte”, as origens da arquitetura e da organização do espaço (micro e macro), as origens da organização social (incluindo a diferenciação de estatutos), as origens da linguagem, etc., etc. – aquilo a que classicamente se chamava “a história primitiva do homem”, e que provirá, em última análise, das questões levantadas pela antropologia filosófica, nomeadamente de língua alemã, francesa, e britânica, que remonta a Rousseau e Hobbes, mas se afirma sobretudo a partir dos séculos XVIII e XIX.

Na verdade, fazendo pré-história, ou arqueologia pré-histórica, os meus “colegas naturais” de pesquisa seriam menos arqueólogos de sociedades complexas, estatais ou imperiais, como a romana, por exemplo (apesar do seu inequívoco interesse), do que pessoas interessadas em compreender “ontologias” pré-clássicas, modos de compor mundos totalmente divergentes daqueles que estão na tradição europeia, nomeadamente de matriz latina. Porque para me entender a mim próprio como europeu, e na linha de uma antiquíssima tradição, eu preciso de me cotejar com o Outro, com o radicalmente diferente. No fundo talvez se trate de uma curiosidade pelos mitos de origem, por uma interrogação sobre essas narrativas ficcionais que todos os povos do mundo têm para explicar a sociedade humana e a brecha que a separa da natureza. É aí que está o cerne de tudo o que mais me interessa; foi a essa pré-história que quis consagrar-me. Interessa-me no fundo aquilo que decorre do “idealismo alemão”, e que se diferencia muito da “história das mentalidades ou das Ideias” dos historiadores: qual é a própria história do espírito (para fugir ao redutor conceito de “mente”, tão em voga hoje, e que abomino) ?

Como extrair ideias, cosmovisões, ontologias, de comunidades mortas e de que não possuo nenhum indício direto, mas apenas dedutível de restos materiais, mais ou menos bem conservados ou estudados, e da minha bagagem como leitor de antropologia? Não o podendo fazer de forma direta, tenho de utilizar a verosimilhança, a ponderação muito cautelosa, e perceber que a própria continuidade da pesquisa, prática e teórica (campo e gabinete) me irá permitindo descartar conclusões sem sentido. O processo do

conhecimento consiste nesse descartar, quase constantemente, e de forma estrutural ou parcelar, daquilo que antes considerávamos verosímil.

Por exemplo, a organização de espaços durante o III^o milénio AC, ou seja, no período calcolítico. Ao nível do conjunto do território hoje português, e dada a fragmentação dos conhecimentos (destruições, muitas prospeções por fazer, escavações mal conduzidas, materiais de trabalho que se extraviam com o tempo, inexistência de grandes equipas consolidadas de investigadores consagrados ao tema, etc., etc.), é impossível, ou arriscado, extrair grandes conclusões. Com base nas investigações feitas, do mais diverso teor, à escala regional ou local, é possível extrapolar algumas sugestões interpretativas como tem sido permanentemente feito, mas é crucial fazê-lo sempre com imensa cautela, com o tal “talvez” subjacente.

É evidente a amplitude das conceções arquitetónicas que surgem neste período por todo o território. Conceções de diferente tipologia, dimensão, modo de implantação no terreno, etc., etc. Mas é óbvia a intenção de criar espaços duráveis que podem incluir as deposições mais diversas, incluindo restos humanos, e que mostram uma certa tendência, em planta, para as linhas curvas, parecendo corresponder a recintos que poderiam servir de palco a cerimónias, a rituais, rituais esses que incluiriam a própria edificação de tais lugares, e sua eventual reestruturação ao longo do tempo. A quantidade de “matéria-prima” e de “mão de obra” mobilizada é algo de novo na história do nosso território (o mesmo poderíamos dizer à escala peninsular), sendo mesmo em certos casos surpreendente, não só a dimensão de tais requisitos, como o longo tempo em que estes dispositivos estiveram “em uso”. Isso demonstra claramente a importância crucial que revestiriam para as comunidades de então, tanto mais que sabemos que as soluções arquitetónicas adotadas por uma determinada coletividade são a expressão visível, material, para quem as constrói/utiliza, como para quem as observa, de um certo poder. Um poder político em comunidades sem cidades, sem polis, nem escrita, é natural que se afirmasse pela linguagem material e visual da arquitetura. E um recinto, mais ou menos fechado ou aberto, mais ou menos imponente, ou então discreto (mais conhecido pelas narrativas sobre ele, pela memória, do que pela experiência do visível direto) estabelece sempre uma cesura no espaço, o interior e o exterior. E cria pontes de passagem en-

tre os dois: chamemos-lhes portas, acessos, o que se queira. E sendo manifestação comum do ser humano a realização de rituais que implicam movimentos de todo um grupo no espaço, e estreitando-se através dessas passagens, desses limiares, a divisão entre exterior e interior, é provável que tais filas em movimento, a darem-se, implicassem a atribuição de precedências, ou seja, de hierarquias, de quem ia mais à frente ou de quem ia mais atrás, etc. E até de quem podia entrar em tais recintos e de quem eventualmente não poderia entrar. E, podendo entrar, de quem no interior ocupava certos pontos dos seus subespaços reservados, e de quem eventualmente não teria acesso a eles.

Assim, sítios tão diversos como Vila Nova de S. Pedro ou Zambujal, na Estremadura, Perdigões no Alentejo, ou Castanheiro do Vento no Alto Douro português teriam essa faceta comum de serem recintos, nestes casos monumentais, ou seja, visíveis a distância, e de grande importância para as comunidades que os foram edificando, tal a complexidade de estruturas, objetos, deposições, etc., que neles se observa. E de todos só conhecemos uma pequena parte, por razões diversas de todos(as) conhecidas.

Assim nestes casos não precisamos de recorrer à ideia simplificada de “povoados”, ou seja, de assumir que era no interior desses recintos que as comunidades viveriam o seu quotidiano, mas antes que era aí que encenavam dispositivos simbólicos e punham em execução rituais identitários de maior escala do que os implicados nas necrópoles megalíticas, por exemplo. Essa tentativa, a de criar “paisagens simbólicas”, complexos conjuntos simbólicos de grande escala, tinha já os seus antecedentes amplamente documentados no Paleolítico superior do rio Côa, por exemplo, ou nos complexos de arte rupestre esquemática posteriores, por exemplo no vale do Tejo, ou na serra de Passos em Mirandela. Mas estes complexos não estavam ligados à ideia de redutos, de um dentro e de um fora artificiais, mas apenas de criação de territórios abertos, prenhes de significação por aposição de símbolos neles. A primeira vez que se dá a união dos dois fenómenos parece ser no Calcolítico. E isso, creio, é já uma ideia de interesse.

Por outro lado, desconhecendo nós a estrutura social (melhor falaríamos no plural...) das sociedades calcolíticas, quais as disputas pelo poder que nelas atuavam – essa disputa pelo poder, isto é, a competição na diferença por um certo estatuto social e eventual-

mente por privilégios inerentes a tal estatuto, parece ser intrínseca ao humano – quer no interior das comunidades, quer entre comunidades diferentes, é de ter todo o cuidado quando falamos de conflitualidades nesta época. Desconhecemos as modalidades e escala em que terão ocorrido. O enorme esforço feito para a realização e manutenção ao longo do tempo sobretudo dos grandes recintos leva a pressupor a existência de uma clara hierarquia de organização social na feitura das grandes obras: era preciso transportar para os locais grandes quantidades de água, argila, pedra, num certo espaço de tempo que não poderia ser muito longo (sem falar das remodelações posteriores às primeiras fases de construção, e das tarefas relacionadas com a manutenção de rituais, deposições, transporte de objetos de outras proveniências geográficas, etc., etc.), pois, a prolongar-se no tempo, era a própria “ideia” de recinto que se não concretizaria. Na verdade, nós desconhecemos as representações de tempo e de espaço que em cada momento estariam presentes. No caso do espaço, tomando como exemplo Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa), é óbvio que os espaços construídos são em geral circulares, ou resultantes da complexificação do círculo. Por exemplo, os chamados, por convenção, “bastiões” dos muretes, são predominantemente semicirculares; por sua vez contêm no seu interior também estruturas que tendem para a circularidade; quando um desses bastiões terá sido transformado numa estrutura maciça, de tipo torre, esta tinha também uma forma circular, como acontecia aliás em Castelo Velho de Freixo de Numão, na mesma região. O interior de Castanheiro do Vento estava recheado de estruturas circulares (cuja coetaneidade desconhecemos, mas nalguns casos podemos eventualmente pressupor) em que por sua vez se embutiam outras estruturas mais pequenas com a mesma tendência de forma. Uma planta subcircular tem também a estrutura anexa ou recinto secundário da área escavada de Castanheiro do Vento, e a zona principal dessa área, rodeada de “bastiões” é de forma elíptica, uma variante do círculo.

Circulares ou variantes do círculo são também, de uma forma geral, as plantas das câmaras dos monumentos de falsa cúpula, convencionalmente designados *tholoi*, do Sul de Portugal. Esta forma de construção adaptava-se melhor à circularidade do espaço principal interior do que a edificação ortostática dos dólmenes, que em geral dava formas poligonais, onde a circularidade não parece ter sido de todo a inten-

ção, pelo menos a daquele espaço interno, supostamente mais “secreto” e “sagrado”, das câmaras.

Poderemos nós extrapolar desta dominância do círculo nas formas arquitetónicas para uma conceção circular, ou cíclica, do tempo? Claro que não; nós nem temos qualquer ideia de quais as representações do tempo que as múltiplas comunidades calcolíticas poderiam ter forjado. Mas é certo que parece indicar nesse sentido a muito remota importância empírica da observação astronómica (particularmente de ocorrências repetitivas, ao longo do ano, da suposta movimentação do sol, mas também da lua, nomeadamente em relação com o momento/posição do seu aparecimento), a qual já vinha de tempos megalíticos e provavelmente anteriores (nesses tempos, o firmamento, à noite, era qualquer coisa de espetacular e muito próximo do que a vista alcançava), comprovada pela orientação de monumentos megalíticos, através do seu corredor, para pontos significativos do horizonte em certos momentos do ano, fenómeno esse – o da conotação astronómica, a sugerir uma relação macrocosmo-microcosmo – que também se notou amplamente na observação rigorosa de círculos líticos. Estamos porém aqui apenas no domínio da uma forte verosimilhança das nossas interpretações, ainda que qualquer generalização seja sempre arriscada e simplista. Mas se pensarmos no complexo de arte rupestre do vale do Tejo, por exemplo, onde predominam variantes do geometrismo circular em milhares de gravuras, muitas delas provavelmente atribuíveis ao Neolítico-Calcolítico, talvez tenhamos aí uma outra sugestão interessante no sentido da mundividência circular (ou afim) que terá reinado nesses tempos. Repare-se como a própria sedentarização e fixação em aldeias terá criado um polo de centralidade em torno do qual se exerceriam atividades no território; e como as tarefas inerentes à agricultura e domesticação de gado criam ciclicidades próprias, bem determinadas ao longo do(s) ano(s), que de certo modo compelem as pessoas a modelar o seu modo de vida e determinadas representações com ele relacionadas em função de pontos “críticos” do espaço/tempo, pontos esses em torno dos quais toda a vida gira.

Claro que estas sínteses reducionistas aparecem ao nosso espírito de ocidentais modernos como soluções interpretativas (demasiado) atraentes: a antropologia ensina-nos bem quanto estas correspondências entre tipos de meio-ambiente, modos de vida, representações do espaço/tempo, etc., etc., são ex-

tremamente variadas, e por vezes surpreendentes, à primeira vista mesmo absurdas. Quanto estamos perante conclusões harmónicas, um passo atrás de recuo é obrigatório: a realidade não se conforma jamais aos nossos modelos. De modo que a ajuda que a antropologia presta à pré-história vai mais na ideia de “conselho cauteloso” de prudência, advertindo para o perigo de sínteses explicativas que a realidade não cauciona. E vice-versa. Voltamos sempre ao círculo vicioso de partida: a antropologia encontra permanentemente dificuldades e aporias (impossibilidades de conclusão), a pré-história por seu turno também, de tal forma que tentar equilibrar as pretensas conclusões de uma com a outra disciplina pode equivaler ao equilíbrio precário de um castelo de cartas. Desconforto intelectual que contém, em si mesmo, a sua própria solução: a realidade está sempre “fora dos gonzos” (“out of joint” na expressão inglesa); é contraditória, trabalhada pela negatividade no seu interior, não-Toda. Pelo que o movimento do espírito deverá ser sempre, ele próprio, orientado para a negação da conclusão harmoniosa: ela é por definição uma falsidade, um simplismo, uma não-verdade. Mas, mais uma vez, isto não nos conduz a diferir a conclusão perfeita para mais tarde, “quando dispusermos” de mais “dados”. Nunca disporemos dos “dados” suficientes para um objetivo absurdo, o de querer presentificar o que não é presente, mas passado; e o passado só o é em função da sua fragmentação, incompletude, contradição intrínseca, em cada momento do agora. O passado não é mais um continente ou planeta a colonizar. O passado é aquilo que agora soubermos equacionar como verosímil relativamente ao que já aconteceu, e isso, o que “já aconteceu” é num “agora” que está sempre a acontecer, não tanto “lá fora”, na soma impossível de Tudo o que ocorre, mas no não-Todo do nosso espírito, da nossa capacidade conflitual de síntese, no aqui. Inventámos a pré-história. Muito bem, não a descartemos, antes pelo contrário. Continuemos a investigá-la, como em todos os domínios, com o máximo de técnicas, de meios e de ideias que possamos juntar. Vivamos no entusiasmo da descoberta sempre surpreendente, e afinal sempre constatando como as nossas expectativas do uno, harmonioso, completo, se frustram. Cotejemo-la permanentemente com a riqueza do humano a que antropologia nos permite, sempre muito parcialmente, aceder. As nossas conclusões serão verosímeis para uns, incompreensíveis para outros. Teremos inúmeros debates para realizar,

incontáveis histórias e experiências para transmitir. É a vida humana: ser histórico, ser da recordação e do esquecimento, o ser humano precisa da memória, individual e coletiva, com todos os seus mitos e histórias inerentes, para prosseguir. E, em cada momento, chegar ao absoluto. À compreensão inteligente de que a antítese e síntese já estavam contidas na tese.

Loures, maio de 2023



AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

MAC
MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO

 **REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA**

1290 

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE D
COIMBRA


INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
DIREÇÃO - ESCOLA DE LETRAS - DE
PALÁCIO DE SUB-RIPAS


**CENTRO DE
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**
CEIS20 | Universidade de Coimbra

 **Centro de Estudos
em Arqueologia,
Artes
e Ciências do Património**
UI&D 281

fct
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia
UIDB/0046/2020

Apoio Institucional:

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**
Responsável do Património Cultural

 **MUSEU NACIONAL
DE MACHADO DE CASTRO**

Coimbra

 **seminário
maior de coimbra**